

A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras

Daily care management has gender, race and class: the Covid-19 sacrificial zones in Brazilian cities

La gestión del cuidado tiene género, raza y clase: las zonas de sacrificio Covid-19 en las ciudades brasileñas

Diana Helene Ramos, doutora pelo IPPUR UFRJ, professora na Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: diana.helene@fau.ufal.br

 <http://orcid.org/0000-0002-8455-4814>

Kaya Lazarini, mestra pela Universidade de São Paulo, doutoranda pela Universidade de São Paulo e associada da assessoria técnica USINA-ctah.

E-mail: kaya@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-3145-9717>

Maria Beatriz Andreotti, mestra pela Universidade Estadual de Campinas, doutoranda pela Universidade de São Paulo.

E-mail: bea.andreotti@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-3621-9296>

Para citar este artigo: RAMOS, D. H.; LAZARINI, K.; ANDREOTTI, M. B. A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 28-43, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p28-43.

Submissão: 2020-09-13

Aceite: 2021-01-18

Resumo

O artigo pretende discutir como se organizam as atividades e hierarquias da gestão da vida cotidiana e como essas atividades se refletem e se distribuem no território, a partir da sobreposição da dinâmica imposta pelas restrições da pandemia. Considerando-se a intersecção entre gênero, raça e classe, o trabalho combina informações relativas à conformação urbana atual e letalidade da Covid-19, em que se observam maiores taxas de contaminação e mortalidade nas periferias urbanas. Revela, dessa forma, o estabelecimento de zonas de sacrifício da Covid-19 na morfologia urbana brasileira e uma crise na gestão dos cuidados e da reprodução da vida, nas quais as mulheres têm um papel central. Em contrapartida, a situação atual demonstra a importância das pautas levantadas pelos movimentos de luta por moradia e reforma urbana, como espaços possíveis para repensar as cidades e a organização popular.

Palavras-chave: Cuidado; Covid-19; Gênero; Classe; Raça.

Abstract

The article intends to discuss how activities and hierarchies of daily life management are organized, and how these activities are reflected and distributed in the territory, from the overlapping of the dynamics imposed by pandemic restrictions. Considering the intersection between gender, race and class, this paper combines information related to the current urban conformation and lethality of Covid-19, where higher rates of contamination and mortality are observed in the urban peripheries. Thus, it reveals the establishment of Covid-19 sacrifice zones in Brazilian urban morphology and a crisis in the management of care and life reproduction, in which women play a central role. In contrast, the current situation demonstrates the importance of the guidelines raised by the movements of struggle for housing and Urban Reform, as possible spaces to rethink the cities and popular organization.

Keywords: Care; Covid-19; Gender; Class; Race.

Resumen

A partir de la dinámica de superposición impuesta por las restricciones de la pandemia, el artículo tiene por objeto examinar la forma en que se organizan las actividades y las jerarquías de la gestión de la vida cotidiana, y de que manera esas actividades se reflejan y se distribuyen en el territorio. Teniendo en cuenta la intersección entre género, raza y clase, el documento combina información relacionada con la actual conformación urbana y la letalidad de Covid-19, donde se observan mayores tasas de contaminación y mortalidad en las periferias urbanas. De esa manera, revela el establecimiento de zonas de sacrificio Covid-19 en la morfología urbana brasileña y una crisis en la gestión del cuidado y la reproducción de la vida, en la que las mujeres desempeñan un papel central. En contraste, la situación actual demuestra la importancia de las agendas planteadas por los movimientos de lucha por la vivienda y la Reforma Urbana, como posibles espacios para repensar las ciudades y la organización popular.

Palabras clave: Cuidado; Covid-19; Género; Clase; Raza.

INTRODUÇÃO

"A merendeira desce, o ônibus sai
 Dona Maria já se foi, só depois é que o Sol nasce
 De madrugada que as aranhas tecem no breu
 E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
 E o Sol só vem depois
 O Sol só vem depois
 É o astro rei, ok, mas vem depois"

Emicida, "A ordem natural das coisas", Álbum *Amarelo*, 2019

Sentado a uma mesa de jantar, um casal heterossexual branco faz sua refeição. Para que isso aconteça, uma cadeia de serviços normalmente oculta é mobilizada: para além dos garçons e garçonetes, cozinheiros, há ainda faxineiras(os), diaristas, lixeiros, agricultores, entregadores e toda uma série de postos de trabalho e subempregos que esse pequeno momento a dois implica. A imagem de capa do periódico *Le Monde Diplomatique* Brasil (Figura 1), publicada em abril de 2020, demonstra a estrutura estratificada de uma diversidade de atividades que não puderam ser interrompidas durante a pandemia. Para que o casal ilustrado coma em tranquilidade e segurança durante a quarentena, outras dez pessoas de maioria não branca sustentam a cena da capa da revista, de trabalhadores domésticos, como uma babá, a trabalhadores do serviço público, como um policial armado ao fundo. A partir das provocações que esta imagem convoca, pretendemos discutir como se organizam as atividades e hierarquias da gestão da vida cotidiana e sua distribuição no desenho da cidade, dinâmica agora sobreposta pela pandemia do novo coronavírus.



Figura 1: Capa *Le Monde Diplomatique* Brasil - Edição 153, abril de 2020. Fonte: Site da *Le Monde Diplomatique* Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-153>. Acesso em: 1º set. 2020.

Primeiramente, é necessário identificar quais atividades puderam ser realizadas de forma remota, em *home office*, e quais pessoas se viram obrigadas a trabalhar e/ou manter sua rotina “normal”, fora de casa e enfrentando os riscos da pandemia, por realizarem atividades que não puderam “parar”. Para essas últimas, que não tiveram o direito ao isolamento e proteção em suas residências, o risco de contaminação é multiplicado: tanto pelo exercício das próprias atividades como pelo deslocamento indispensável entre a casa e o trabalho.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a morfologia clássica de grande parte das cidades brasileiras que se organiza em relações centro-periferia, em que é necessário atravessar longas distâncias entre o local de moradia e o de emprego, normalmente vencidas por meio do uso de transporte público. Pesquisas realizadas nos últimos meses demonstram a relação entre a localidade da moradia e a incidência de casos fatais de Covid-19, na qual se ressalta o grande crescimento da doença em periferias urbanas, bem como implicações entre fatores de gênero, raça e classe. Este ponto é fundamental para pensarmos a questão da moradia e sua relação urbana, isto é, postos de trabalho, equipamentos públicos, acesso a serviços e demais necessidades que implicam deslocar-se pela cidade e o local onde se mora. Veremos adiante que uma maior necessidade de locomoção acarreta uma maior exposição ao vírus.

Ademais, as condições relacionadas à qualidade da infraestrutura urbana, desde a localidade onde mora a maioria dos trabalhadores até as condições de acesso a serviços básicos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo etc., vinculam-se a circunstâncias prévias de saúde da população que, além de criar vulnerabilidade, são fatores que podem levar a uma aceleração do contágio, já que não é possível realizar minimamente as medidas preventivas de combate à doença. É preciso ainda atentar para as condições da moradia: tamanho, ventilação, iluminação, número de ambientes e acesso à internet, que implicam a possibilidade em se manter ou não em quarentena. É pouco provável que se consiga isolar moradores em um espaço diminuto, que não atenda a condições de saneamento, tampouco de conforto ambiental. Nesse sentido, várias questões se sobressaem. Evidencia-se o pensamento sobre a qualidade habitacional e seu entorno urbano, seja no acesso a serviços ou a postos de trabalho. Questões anteriormente problemáticas se tornaram-se evidentes, e a pandemia trouxe mais um balizador de vulnerabilidade.

Morfologia urbana e letalidade da Covid-19

Dados recentes explicitam que a aceleração da doença e a letalidade são muito maiores em bairros periféricos, populares e negros, demonstrando uma associação entre o impacto da pandemia e a qualidade de vida urbana. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto no Leblon, bairro de renda alta na zona sul da cidade, a taxa de letalidade por Covid-19 é de 2,4%, no Complexo da Maré, que abriga uma população de baixa renda na zona norte, essa taxa chega a 30% (SCHMIDT, 2020). Isso tem produzido, sobretudo em países de passado escravagista como o Brasil (no qual as relações entre classe e raça se sobrepõem), um índice de letalidade expressivamente maior entre pessoas negras. Em São Paulo, por exemplo, negros têm até 85% mais chance de morrer por Covid-19 ao contrair a doença do que brancos (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2020).

Um estudo realizado pelo LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo correlacionou dados do período da pandemia referentes à utilização do transporte público para o trabalho e o local de moradia dos hospitalizados por Covid-19. Empregando os dados da Pesquisa de Origem e Destino da Secretaria Estadual de Transportes (SP) e informações do Sistema Único de Saúde, a pesquisa detectou que há maior incidência de hospitalização em função da Covid-19 entre passageiros cuja origem (moradia) eram bairros periféricos, nos quais a distância do centro é de mais de 15 quilômetros, como Capão Redondo e Brasilândia. Os casos da doença estão concentrados nos locais de moradia de pessoas que não puderam interromper sua movimentação pela cidade, pois são trabalhadores de serviços essenciais ou dependentes de renda informal, e que usaram o transporte coletivo nesse percurso (Figura 2). Segundo os autores da pesquisa, “o que está evidente é que quem saiu para trabalhar e realizou percursos longos de transporte coletivo é quem foi mais impactado pelos óbitos ocorridos” (ROLNIK *et al.*, 2020).

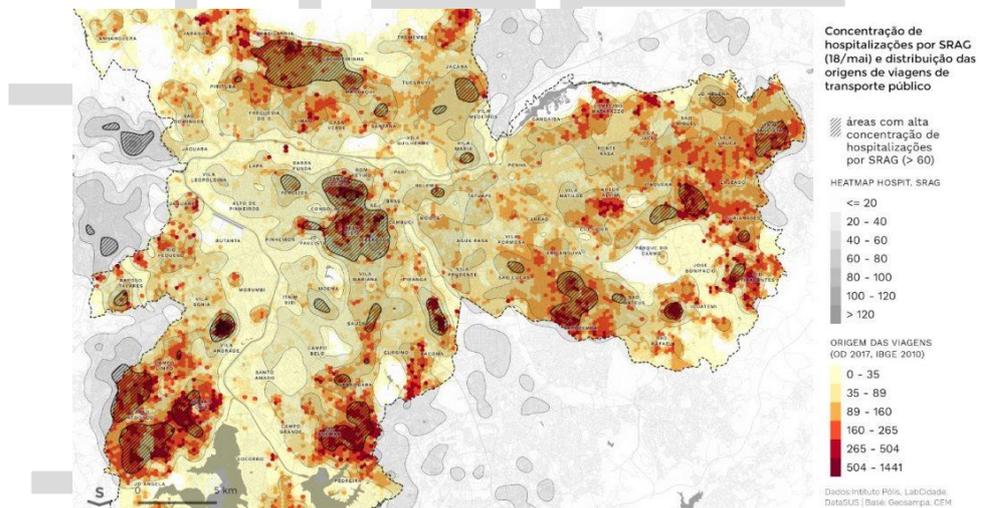


Figura 2: Mapa com a concentração de hospitalizações e distribuição de viagens em transporte público na cidade de São Paulo/SP. Fonte: Pedro Mendonça/LabCidade (ROLNIK *et al.*, 2020). Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19>. Acesso em: 1º set. 2020.

Outro estudo em elaboração pelo Observatório de Conflitos Fundiários do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo corrobora esse argumento, demonstrando ainda que os distritos com maior número de mortes por coronavírus se relacionam a locais com maior presença de autônomos e informais, donas de casa e pessoas que usam o transporte público (RODRIGUES, 2020).

Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público

Relação com trabalho



Estudo da Unifesp cruza dados da pesquisa de origem e destino do Metrô com vítimas da pandemia

1 é o valor máximo do índice. Quanto maior o valor, maior correlação com as mortes



Distritos líderes no uso do transporte público e suas posições no ranking de mortes



Figura 3: Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público. Realizamos grifos em vermelho nos itens de relevância para esse artigo. Fonte: Folha de S. Paulo, 2020 (RODRIGUES, 2020). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml/>. Acesso em: 1º set. 2020.

Segundo a pesquisa, a mortalidade é menor nos distritos com maior número de indivíduos que utilizam transporte particular, onde habitam empregadores ou profissionais liberais (RODRIGUES, 2020). Isso demonstra como as enormes desigualdades urbanas se relacionam com a pandemia. Ademais, no gráfico que correlaciona as mortes e a relação com o trabalho, observamos a incidência dos maiores números em profissionais autônomos, trabalhadores com carteira assinada e, curiosamente, em donas de casa. Mas, se essas mulheres estão, teoricamente, em casa, o que explicaria esse índice?

Zonas de sacrifício da Covid-19: a gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe

Esse último dado em relação à grande letalidade de donas de casa nos remete à discussão sobre o papel desempenhado pelas mulheres, articulando a discussão a partir das intersecções entre gênero, raça e classe¹. Se voltarmos à figura do Le

¹ A necessária análise dessas intersecções, chamada interseccionalidade, é “uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí (AKOTIRENE, 2018). Apesar de a advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw ter cunhado o termo “Feminismo Interseccional” na década de 1980, muitas mulheres negras abordavam a interseccionalidade de opressões antes dela, como a filósofa brasileira Lélia Gonzalez: “O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (1983, p. 225). Nas cidades é visível como formas combinadas de opressão são responsáveis por uma somatória de desigualdades urbanas. Diferentes camadas de opressões se relacionam na formação das cidades, estruturando uma série de hierarquias e injustiças socioespaciais.

Monde e ao questionamento inicial, quais foram os trabalhos mantidos no período de isolamento social? Nas cidades, onde estão os cuidados? Quem são os responsáveis pela limpeza, produção de alimentos, preparo da comida, atenção aos afetos? Quem zela pelas crianças, idosos, doentes e outros dependentes? Dentro e fora das casas, os cuidados foram justamente as atividades que não puderam parar.

Na sociedade cis heteropatriarcal, branca e capitalista, as chamadas tarefas de reprodução da vida – alimentar, limpar, cuidar – são tradicionalmente delegadas às mulheres e pessoas racializadas. Mal pagos ou feitos gratuitamente (“por amor”), os serviços domésticos, de educação, saúde, cuidados e outros serviços comunitários constituem as atividades mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho (ITIKAWA, 2015, p. 40; PRONI; GOMES, 2015)². No entanto, nem a pandemia foi suficiente para evidenciar sua importância – ao contrário, expôs a falta de crédito dada a essas atividades e a necessária compreensão dessas tarefas enquanto trabalho.

Denominar essas atividades enquanto tarefas reprodutivas³ é um esforço da epistemologia feminista, conforme tratam autoras como a italiana Silvia Federici (2017), a estadunidense Ângela Davis (2016), as brasileiras Helena Hirata (1998) e Heleieth Saffioti (1988, 2015)⁴, a francesa Danièle Kergoat (1998), entre muitas outras. Denominações cunhadas por movimentos feministas populares também podem ser mobilizadas, como a utilizada pela brasileira Helena Silvestre, idealizadora da Escola Feminista Abya Yala, que realiza encontros de estudo e cuidado coletivo para mulheres periféricas, militante de movimento de luta por moradia e terra, que se utiliza do termo “tarefas do viver” para fazer referência ao trabalho de gerar, parir, alimentar e cuidar para a existência e continuidade da vida, que realizam as mulheres (SILVESTRE, 2020).

Um exemplo de como atua a divisão sexual do trabalho, para pensarmos o contexto atual de pandemia, é como a presença feminina também prevalece nas tarefas de cuidado profissionalizadas, para além daquelas desempenhadas no ambiente doméstico. Se olharmos para os serviços de saúde, 70% são desempenhados por mulheres, chegando, em algumas subáreas como a enfermagem, a um número superior a 85% do total de trabalhadores (ONU MULHERES, 2020; FIOCRUZ, 2015).

2 Apesar de desvalorizados, um relatório da Oxfam quantifica com valores monetários os trabalhos de cuidados não remunerados que as mulheres desenvolvem: se todo esse trabalho fosse feito por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões (2019, p. 40). Além de visibilizar a riqueza produzida pelas mulheres, é importante frisar que esta riqueza não é redistribuída para as populações vulneráveis, sobretudo para as próprias mulheres cuidadoras, e sim acumulada pelos grandes capitalistas (FEDERICI, 2017).

3 Consideramos a esfera reprodutiva aquela que abrange as atividades realizadas por pessoas de uma unidade de convivência para o cuidado de si, para os membros da sua família ou para de uma outra família; também chamadas de atividades domésticas, aquelas ligadas à reprodução da vida, alimentação/nutrição, cuidado, provisão de habitação, limpeza e cuidados, majoritariamente realizadas por mulheres e pessoas racializadas. Em contrapartida, temos a esfera produtiva, aquela que é reconhecida como trabalho: atividades relacionadas à produção de mercadorias, bens e serviços; normalmente envolve remuneração sob a forma de salários.

4 Heleieth Saffioti foi uma importante feminista brasileira que também trabalhava com uma proposta similar à interseccionalidade, a qual ela chamava de “nó” entre gênero, classe e raça: “o nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (SAFFIOTI, 2015, p. 115).

Além disso, no Brasil, 95% das pessoas que trabalham como cuidadoras são mulheres (HIRATA, 2014, p. 67). É importante ressaltar ainda que essas tarefas, além de marcadas por gênero, também são marcadas por raça⁵. No Brasil, quanto maior a renda das mulheres, menos elas realizam afazeres domésticos – tarefas terceirizadas a outras mulheres, as trabalhadoras domésticas constituídas, em sua maioria, por mulheres negras (IPEA/ONU, 2015, p. 4). Fraçoise Vergès, cientista política e historiadora francesa, afirma que:

[...] em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, 'abrem' a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. [...] Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compra nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas (VERGÈS, 2020, p. 19).

No contexto brasileiro de uma “crise de cuidados⁶” devido ao crescimento exponencial dessas atividades, temos alguns trágicos exemplos dessa condição. A primeira vítima da pandemia no Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica pertencente ao grupo de risco que, não sendo dispensada de seus serviços, contraiu a doença de seus patrões, infectados numa viagem à Europa (MELO, 2020). Ou ainda a morte do menino Miguel, de 5 anos, na cidade do Recife, filho de uma trabalhadora doméstica que também não foi dispensada e, com as escolas fechadas, não houve alternativa senão levar a criança para seu trabalho. O menino foi deixado sozinho por sua patroa no elevador do prédio e caiu do nono andar do edifício, enquanto sua mãe passeava com os cachorros dos patrões (PENA, 2020). Essas perdas são marcadas pela sobrecarga de atividades de cuidado que recaem sobre as mulheres e, no caso do Brasil, sobre mulheres negras.

Outra questão importante é que as tarefas delegadas ao gênero feminino, por serem inerentemente ancoradas aos territórios, estão mais sujeitas às contaminações. Seja por falta de saneamento dos bairros em que vivem, por lidar diretamente com a limpeza e manutenção da residência ou por toda a precariedade urbana que afeta o entorno e a qualidade de sua moradia. Seus pares masculinos geralmente realizam as tarefas produtivas, o trajeto pendular casa-trabalho, e não estão plenamente envolvidos com o entorno desassistido de

5 Angela Davis, filósofa e pensadora do feminismo negro, afirma sobre essa questão: “Enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual [...] a noção que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças seja tirado de seus ombros [das mulheres negras e suas irmãs das classe trabalhadora] e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina” (DAVIS, 2016, p. 106 e 234).

6 Essa crise na gestão dos cuidados acontece tanto em função dos doentes da pandemia como da interiorização de idosos e crianças ao lar unifamiliar, devido ao fechamento das escolas, creches, refeitórios públicos, restaurantes, espaços e áreas de lazer, e à necessidade de isolamento residencial (HELENE, 2019). Dados da pesquisa “SEM PARAR - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” confirmam como essa crise acontece e apontam que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia (no caso das mulheres rurais, foram 62% delas) e que 72% das mulheres afirmam que aumentou consideravelmente sua necessidade de cuidar, monitorar e fazer companhia dentro do domicílio (BIANCONI *et al.*, 2020, p. 11).

infraestrutura da mesma forma que as mulheres. São elas que, mesmo que exerçam atividades remuneradas fora da casa, levam, trazem e olham as crianças, cuidam dos idosos, doentes e outros dependentes, das hortas e/ou animais de quintal, cozinham, limpam, buscam água e alimentos (GONZAGA, 2011; HELENE, 2019; ITIKAWA, 2015; LATENDRESSE, 2005; TAVARES, 2015; SANTORO, 2008; SILVA, 2003). De acordo com Raquel Rolnik *et al.*, “em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas” (ROLNIK *et al.*, 2011, p. 15).

Um exemplo é o estudo realizado pelas arquitetas, urbanistas e professoras Rossana Tavares e Diana Helene (2019) sobre precariedade socioambiental e gênero, na cidade de Duque de Caxias, reconhecida como uma “zona de sacrifício ambiental”⁷ da região metropolitana do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2013). A cidade reúne equipamentos importantes na dinâmica econômica e urbana, como o antigo lixão do Gramacho, considerado por muito tempo o maior lixão da América Latina, e ainda a planta da refinaria de Petróleo Reduc, a mais completa e complexa do sistema Petrobras. A região é uma área de mangue às margens da Baía de Guanabara, com esgotamento que atinge menos de 50% das casas, das quais apenas 5% possuem água tratada (KRONEMBERGER, 2013). A pesquisa demonstrou um maior número de óbitos das mulheres em relação aos homens quando consideradas causas relacionadas à poluição ambiental, tais como câncer, doenças respiratórias, metabólicas e nutricionais⁸. É um exemplo cruel de como a precariedade periférica tem um agravamento generificado⁹. Isso acarreta que, segundo Fabrina Furtado e Cristiane Faustino:

[...] o agravo das condições sanitárias e, com ele, a escassez ou poluição da água e a disseminação de doenças impactam diretamente, e sobretudo, o trabalho e a vida das mulheres, responsabilizadas historicamente pela gestão do cotidiano doméstico (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 35).

Com base nessas condições, relacionadas à divisão sexual e racial do trabalho e à precariedade urbana, é preciso observar como se evidencia a vulnerabilidade causada pela pandemia marcada por critérios de gênero, raça e classe. O discurso de que a economia não pode parar oculta quem está pagando com sua vida para que essa continuidade aconteça. Nesse contexto, propomos utilizar o termo “zonas de sacrifício” citado anteriormente, para compreender os dados apresentados sobre a incidência urbana da letalidade da doença como a instituição de zonas de sacrifício de Covid-19. Da mesma maneira que o capitalismo distribui de forma desigual os riscos e contaminações nos territórios

7 Zona de sacrifício ambiental é um termo criado por movimentos sociais ambientais para denominar territórios onde se sobrepõem diversas iniciativas poluidoras perigosas à saúde e ao meio ambiente, geralmente áreas de habitação de populações de baixa renda e com baixo valor imobiliário. Fica evidenciado na nomeação dessas zonas que, para além dos aspectos como salubridade da moradia e infra-estrutura urbana, o lugar em que habita a população de baixa renda vincula-se às injustiças ambientais inerentes aos processos produtivos capitalistas. No capitalismo, além da desigualdade no consumo de produtos e serviços, acontece uma distribuição desigual dos riscos e impactos socioambientais dessa produção.

8 Dados do IBGE, de 2015, apontam que as mulheres na cidade morrem em número maior que os homens de doenças respiratórias (relacionadas à poluição atmosférica); de neoplasmas (tumores), doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (relacionadas à toxicidade industrial); e de doenças do trato geniturinário (totalizando 40,99% dos óbitos femininos e 31,02% dos óbitos masculinos).

9 Generificado é um termo utilizado nas teorias feministas para indicar algo que está sendo observado a partir da perspectiva de gênero, apesar de ainda não ter sido reconhecido ou identificado nos dicionários de português brasileiros.

para produção de mercadorias, as cidades atuais estabelecem zonas em que os óbitos acontecem de maneira extremamente desigual para manutenção deste sistema durante a pandemia.

Para corroborar tal argumento, mais um dado importante pode ser mobilizado: conforme colocado no relatório “Quem Paga a Conta?” da OXFAM (2020), os bilionários da América Latina ficaram imunes à crise econômica provocada pelo coronavírus. De acordo com o estudo, no Brasil, a fortuna dos bilionários teve um crescimento de 27% neste período de pandemia. Em contrapartida, segundo a pesquisa *Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: Ampliação de Desigualdades já Existentes*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de mulheres no mercado de trabalho no último trimestre é o mais baixo dos últimos 30 anos. A situação atual de creches e escolas fechadas e a sobrecarga de tarefas domésticas dentro de casa têm feito com que muitas mulheres abandonem ou sejam demitidas de seus empregos. De acordo com a pesquisa, a taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho com filhos de até 10 anos caiu quase 10% se comparado ao mesmo período de 2019 e 2020 (BASILIO, 2020).

O papel das lutas por moradia e Reforma Urbana

Corroborando os dados apresentados anteriormente, a Relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, Leilani Farha, declarou que “a habitação se converteu na primeira linha de defesa frente ao novo coronavírus. A qualidade da moradia se coloca claramente como um tema de vida ou morte”, em que destaca a importância de pensar soluções focadas nessa problemática (ONU, 2020).

No Brasil, o déficit habitacional alcança 7,9 milhões de moradias (FJP, 2018). Em contrapartida, existem cerca de 6 milhões de imóveis vazios (IBGE, 2010) – para além daqueles que se encontram esvaziados em decorrência da pandemia, como hotéis, imóveis de locação eventual para turismo e salas de escritório. É crucial, portanto, que se considere a urgência da Reforma Urbana¹⁰ para garantir o acesso à moradia adequada e ainda como medida de contenção de propagação da epidemia. Nesse sentido, destaca-se a importância de movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana, que atuam sobretudo ocupando imóveis e terras abandonados, desmascarando a incongruência dos dados apresentados anteriormente. Entre eles, destacam-se movimentos que se articulam em áreas de centralidade e acúmulo de infraestruturas urbanas, como o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) na cidade de São Paulo. Ao ocupar imóveis em áreas centrais, requisitam não apenas o direito ao alojamento, mas questionam sua localização

10 Na luta pela democratização do espaço urbano, pelo combate à especulação imobiliária e pelo reconhecimento dos direitos de posse e da integração à cidade das ocupações populares informais, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana foi iniciado nos anos 1960 como parte das propostas do Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, de 1963, e se fortaleceu na década de 1980 com a redemocratização e o crescimento dos movimentos sociais urbanos. Essa mobilização resultou em conquistas como o capítulo sobre Política Urbana na Constituição de 1988 (artigos 182 e 183), na aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, e na criação do Ministério das Cidades, em 2003 (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2007, passim), hoje extinto.

na cidade, reivindicando o Direito à Cidade¹¹ na prática, ou seja, um lugar com acesso a infraestrutura, transporte, emprego e equipamentos urbanos qualificados. Um lugar no qual as atividades de cuidados e reprodução da vida podem acontecer de forma mais adequada.

No Brasil, a despossessão da terra e da renda é historicamente feminina e negra (IPEA/ONU, 2015; ITIKAWA, 2015; ROLNIK *et al.*, 2011). Não à toa, os movimentos de luta por moradia, reforma urbana e agrária são, em sua maioria, compostos por mulheres. Embora esse dado não seja precisamente quantificado, esse traço é evidente nas pesquisas e práticas junto aos movimentos e organizações. Além disso, grande parte delas são mães e, entre elas, muitas mães monoparentais (solteiras). É importante também ressaltar como acontece a gestão dos cuidados e a integração entre atividades reprodutivas e produtivas dentro das ocupações. Em geral, o espaço coletivo de gerenciamento cotidiano organizado pelos movimentos sociais congrega de forma compartilhada as tarefas domésticas, como, por exemplo o revezamento dos moradores nas tarefas de limpeza e de cuidado de crianças, facilitando a situação de vida de mães monoparentais e idosos sem família. Mulheres levam seus filhos às assembleias, às atividades de formação, de projeto participativo e nos mutirões autogestionários. Ademais, grande parte dos encontros em grupo se utiliza da criação de um espaço de cuidado coletivo das crianças, chamado ciranda¹². Segundo Helena Silvestre, isso acontece porque:

As mulheres são a força que sustenta os movimentos, não só porque são a maioria nas ocupações em número, mas porque a intensidade da dedicação ao trabalho coletivo que mantém de pé as ocupações nas cozinhas coletivas, nos trabalhos de mutirão, nos trabalhos de limpeza, nos trabalhos de cuidado, na organização cotidiana, são as mulheres que alimentam (SILVESTRE, 2020).

Heleieth Saffioti também afirma, em um texto de 1988, como, desde aquela época, as mulheres traziam questões fundamentais para construir alianças entre atividades produtivas e reprodutivas, para desconstruir as separações entre público e privado e para a “coletivização dos espaços escondidos” nas suas práxis dentro dos movimentos sociais (SAFFIOTI, 1988, p. 174). Isto é, a problemática debatida aqui levanta questões pleiteadas há tempos tanto pelos movimentos feministas quanto nas lutas urbanas. O que se evidencia, ao observar a existência de zonas de sacrifício da pandemia na continuidade de um modo de operar capitalista e predatório, é a necessidade de repensar nossas cidades a partir de

11 O conceito de Direito à Cidade surgiu em 1968, cunhado pelo filósofo francês Henri Lefebvre. A partir de uma análise da obra de Karl Marx com o enfoque nas questões urbanas, o autor discorre sobre a segregação e as diferenças de acesso a direitos dentro das cidades. Para ele, o Direito à Cidade se efetivaria a partir do controle direto sobre a gestão urbana, na qual a cidade seria uma obra coletiva em que cada indivíduo, grupo e/ou comunidade teria espaço para construir, propor e manifestar sua diferença (LEFEBVRE, 1991). No Brasil, esse conceito foi apropriado como uma bandeira das lutas urbanas por moradia, mobilidade, infraestrutura etc., e se tornou um *slogan* em contraposição às nossas desigualdades urbanas extremas. O conceito vem se atualizando para englobar outras formas de opressão para além da classe, como raça, gênero e orientação sexual.

12 Tais observações foram feitas pelas autoras por meio de sua atuação junto a movimentos sociais, e já foram detalhadas em outros trabalhos (HELENE, 2009, 2018; HELENE; LAZARINI, 2018; LAZARINI, 2014). Esses “arranjos de cuidados” (FAZZIONI, 2020) são também parte de uma tradição advinda de experiências variadas de coletivização do cuidado vistas em diversas comunidades populares marcadas pela precariedade urbana. Gabriela Pereira também chama de uma “política de cuidado” o que as mulheres negras estabelecem nas periferias urbanas, uma dinâmica de sobrevivência que envolve e mantém toda uma comunidade ao seu redor (PEREIRA, 2020).

uma perspectiva que parta da análise das intersecções entre gênero, raça e classe, compreendendo os movimentos sociais como protagonistas da mudança. Nesse sentido, o espaço reprodutivo e as tarefas do viver se apresentam como elementos centrais nas lutas e disputas para um outro futuro.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BASILIO, P. Com creches fechadas na pandemia, participação de mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990. *G1 Economia*, 5 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/05/com-creches-fechadas-na-pandemia-participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-desde-1990.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2020.
- BIANCONI, G. *et al. Pesquisa: SEM PARAR - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. SOF. SempreViva Organização Feminista e Gênero e Número, 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, classe e raça*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: O Caso do COMPERJ. *Relatório da missão de investigação e incidência*. Plataforma Dhesca – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.
- FAZZIONI, N. O que podemos aprender sobre “cuidado” com a epidemia de coronavírus. In: *Blog do Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento – LEIC*, 2020. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. *Perfil da enfermagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/perfildaenfermagem/>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2015*. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018.
- GONZAGA, T. de O. *A cidade e a Arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Editora Annablume, 2011.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

- HELENE, D. "Eu quero sair daqui!": do isolamento doméstico a coletivização do cuidado". In: BORGES, A.; MARQUES, L. (orgs.). *Reflexões durante a pandemia: coronavírus e as cidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300951&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º set. 2020.
- HELENE, D. A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.
- HELENE, D.; LAZARINI, K. Autonomie et émancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement. In: COLLOQUE PERSPECTIVES FÉMINISTES SUR LE LOGEMENT DES FEMMES, 2018. Anais [...]. Montréal: UQAM, 2018.
- HELENE, D.; TAVARES, R. Urbanização Periférica e Problemas Socioambientais na Baixada Fluminense à Luz das Desigualdades de Gênero. *Meu corpo, meu território: Mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano*. HELENE, D.; TAVARES, R. (org.) Sessão Livre. Natal, XVII Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, Natal, 2019.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Gênero, Tecnologia e Trabalho: Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, 1998.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [on-line], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995/2015*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 1.16 - Domicílios recenseados, por espécie, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=16&uf=00>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ITIKAWA, L. *Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban*. Buenos Aires CLACSO; IDEAs. CODESRIA, 2015.

- KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. *In: KERGOAT, J. et al. (orgs.). Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- KRONEMBERGER, D. *Análise dos impactos na saúde e no Sistema Único de Saúde decorrentes de agravos relacionados a um esgotamento sanitário inadequado dos 100 maiores municípios brasileiros no período 2008-2011*. Relatório Final. Oscip Instituto Trata Brasil, 2013.
- LATENDRESSE, A. La ville: un espace investi par les femmes et le groupes de femmes. *In: 4 CONGRÈS INTERNATIONAL DES RECHERCHES FÉMINISTES DANS LA FRANCOPHONIE PLURIELLE, 4., 2005. Atas [...]*. Ottawa: Les éditions du remeu-ménage, 2005.
- LAZARINI, K. *Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, (USP). São Paulo, 2014.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MELO, M. L. de. *Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon*. UOL Notícias - Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- OBSERVATÓRIO COVID-19 BR. *O impacto da desigualdade na mortalidade por Covid-19*. Página do Observatório Covid-19 BR, 2020. Disponível em: <https://covid19br.github.io/analises.html?aba=aba6#>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- ONU MULHERES. *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero na resposta*. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.
- OXFAM INTERNACIONAL. *Bem público ou riqueza privada?* 2019. Disponível em: https://rdstationstatic.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/15968306152019_bem_publico_ou_riqueza_privada_pt-br.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.
- OXFAM INTERNACIONAL. *Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe*. 2020. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1595622094Nota_informativa_d_a_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf. Acesso em: 1º set. 2020.
- PENA, J. S. *O quarto de empregada e a morte de Miguel*. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-quarto-de-empregada-e-a-morte-de-miguel/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- PEREIRA, G. L. Cidades, racismo e necropolítica: conversa com Tainá de Paula e Gabriela Gaia. *Corpo, Discurso e Território*. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5P9PgZwoE2hJ2hL1IPt5Hu>. Acesso em: 24 jul. 2020.

- PEREIRA, T. C. G. Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 339-358, jan./jun. 2013.
- PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estud. Av. [on-line]*. 2015, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.
- RODRIGUES, A. Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público. *Folha de S.Paulo*. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml/>. Acesso em: 1º set. 2020.
- ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?* Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2011.
- ROLNIK, R. et al. Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. *Blog do Labcidade*. 2020. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 1º set. 2020.
- ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. *Revista de Direito da ADVOCEF*, ano VII, n. 13, p. 123-158, 2007.
- SAFFIOTI, H. B. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-178.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTORO, P. F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008. *Anais [...]*. Caxambu: Abe, 2008.
- SCHMIDT, S. No Rio, Covid-19 mata mais na Zona Oeste e em trecho da Zona Norte. *O Globo*, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/no-rio-covid-19-mata-mais-na-zona-oeste-em-trecho-da-zona-norte-veja-numeros-24405711/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- SILVA, J. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.
- SILVESTRE, H. Vozes invisíveis da periferia - mulheres na pandemia. Evento Educação e Infâncias na pandemia e depois: interlocuções e desafios do extremo da Zona Leste para cidade. Coletivos Infâncias Zona Leste e Faculdade de Educação da USP, 2020.

TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS SPECIAL PROCEDURES. *Housing, the front line defense against the COVID-19 outbreak*. Geneva, 2020. Disponível em <http://unhousingrapp.org/user/pages/07.press-room/CV19%20Press%20Release%20w:%20Letterhead.pdf>. Acesso em: 1º set. 2020.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.